



## COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

### Relatório de Administração - 2018

Secretaria de Logística  
e Transportes

**Histórico:** A Companhia Docas de Sebastião é uma sociedade de economia mista, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, constituída pelo Decreto Estadual nº 52.102 de 29 de agosto de 2007, cujas atividades, voltadas especificamente para a administração da infraestrutura portuária pública do Porto de São Sebastião, foram regulamentadas por meio do Convênio de Delegação celebrado em 15 de junho de 2007 entre a União e o Estado de São Paulo, com vigência pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por igual tempo. **Desempenho Operacional:** Em 2018, atracaram no porto público 84 navios no berço 101 e 1014 embarcações de menor porte nos demais berços internos, além de 59 navios de turismo fundeados. No país público foram movimentadas 718 mil toneladas de cargas, o que representa acréscimo de 32,5% comparado a 2017, quando houve movimentação de 542 mil toneladas de cargas. Tais números representam uma taxa de ocupação de 56% (ou 202,7 dias) do berço principal (101). Do total de carga movimentada no país público, 644 mil toneladas são referentes à importação e 74 mil toneladas referentes à exportação. A participação percentual dos grupos de cargas movimentadas no Porto de São Sebastião ficou assim definida: • Graneis Sólidos: 89,5%; • Carga Geral: 1,4%; • Veículos: 2,3%; • Animais Vivos: 6,8%. Já no Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 44 milhões de toneladas de graneis líquidos, transportados em 572 navios durante todo o ano de 2018. O resultado da balança comercial no porto público apresentou um superávit em 2018 de US\$ 322.482.510,62 pela supremacia do valor das cargas exportadas (gado bovino vive maioritariamente), contra o menor valor (embora em maior quantidade) das cargas importadas (matérias primas – graneis sólidos – produtos químicos orgânicos e inorgânicos). **Cenário Econômico e Financeiro:** O cenário econômico do Brasil vem apresentando sinais de recuperação ainda lenta e, há setores da economia brasileira, como óleo e gás, construção e infraestrutura que afetaram benéfica e diretamente as operações portuárias nos anos anteriores ao início da crise (até 2015) e que começam a despontar com promissora retomada para 2019. O ano de 2018 apresentou melhorias nas áreas do agronegócio e serviços, bem como na indústria de bens de consumo não duráveis e de alimentos, que acabaram refletindo benéficamente na melhoria performance operacional do setor portuário. As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião em 2019 estão fundamentadas, no aumento da movimentação de graneis sólidos, na cabotagem e no mercado de petróleo e gás, em função dos leilões realizados que com certeza aquecerão o setor, e em possível retomada das exportações de veículos. No caso específico da cabotagem, foi importante a instalação do “scanner” para a atração de cargas em contêineres. A medida mais significativa que se pretende adotar é o arrendamento de áreas, receita patrimonial hoje inexistente, que necessitará de apoio do Governo do Estado de São Paulo, junto ao Governo Federal, uma vez que a competência para tal finalidade é da ANTAQ - Agência Nacional de Transporte Aquaviário e do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação - MTPA. Em 2018 obtivemos uma receita bruta de R\$ 17,25 milhões, interrompendo duas quedas consecutivas, resultando acréscimo de 16% em relação a 2017 (R\$ 15,01 milhões), mas significando uma redução acumulada de 25% em relação à receita de 2015 (R\$ 22,97 milhões). Ressalta-se, ainda, que após decisão judicial a ANTAQ - Agência Nacional de Transporte Aquaviário suspendeu a cessão de uso temporário de áreas portuárias, o que reduz as possibilidades de obtenção de receitas da Companhia. Nesse particular, a decretação da falência da empresa Schahin Engenharia S.A., que mantinha essa modalidade de contratação com a empresa, ainda está pendente de solução, mesmo tendo a Companhia adotado as medidas cabíveis para preservar seus interesses e receber o que a referida empresa ficou devendo, conforme consta no Processo nº 1037133-31.2015.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial. **Investimentos:** Em 2018 foram autorizados pelo Governo do Estado de São Paulo o investimento de R\$ 6,3 milhões para modernização e ampliação do Porto de São Sebastião. Com estes recursos foi concluída a instalação e operação do “scanner” para inspeção de container, no segundo semestre, que garantirá um aumento na receita operacional e também atenderá às normas da Receita Federal do Brasil. A Companhia obteve o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB o que garantirá a conformidade das nossas instalações com a legislação alfandeguária e normas de segurança portuária. No segundo semestre foi iniciada a construção de galpão de cargas para operar em regime de transporte DTA (Declaração de Transporte Aduaneiro) no Porto de São Sebastião e adequação na iluminação, com refletores em LED, da área operacional do Porto de São Sebastião, em ambos os casos visam atender condicionantes da Receita Federal do Brasil e proporcionar principalmente a economia no consumo de energia elétrica e iluminação mais eficiente melhorando as condições de trabalho na operação de cargas. Na parte aquaviária foram adquiridas novas bóias marítimas para a sinalização do Canal de São Sebastião, com isso o acesso portuário e a navegação de navios terão melhores substâncias na segurança. **Gestão Ambiental:** A Companhia Docas de São Sebastião vem cumprindo o importante papel de agregar valor à cadeia logística de sua área de influência, em especial à do Estado de São Paulo, garantindo eficiência, segurança operacional e a adoção das melhores práticas em gestão ambiental. Os investimentos e as ações adotadas refletem diretamente no reconhecimento concedido pela ANTAQ, quando na divulgação dos resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados (IQGAPO). Este ano ainda não foram divulgados os resultados da avaliação, valendo destacar que após conquistarmos os melhores índices por dois anos consecutivos e com isso a primeira posição dentre os 29 portos analisados pela ANTAQ, em 2017 obtivemos o 3º lugar, alcançando 93,88 de um total de 100 pontos possíveis na avaliação. Os recursos aplicados atenderam às especificações estabelecidas na Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 9 de fevereiro de 2010, em atendimento à Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002. Foi realizada em junho de 2018 a auditoria ambiental compulsória bianual e o resultado final não apresentou ressalvas significativas em nossa gestão. Em outubro de 2018, a Companhia Docas contratou uma nova empresa para realizar o monitoramento ambiental definido na Licença de Operação, obtendo redução significativa dos preços anteriormente contratados. Foram mantidas as ações de capacitação dos recursos humanos da Companhia, particularmente aos membros da CIPA, aos brigadistas e aos auditores internos. Em outubro de 2018, solicitamos a renovação da licença de operação junto ao IBAMA, R. L. O

do Porto de São Sebastião. **Sistema de Gestão Ambiental - NBRISO 14.001/2004:** O Porto de São Sebastião renovou a certificação da norma NBR ISO 14.001/2004, conquistada em 2015, quando se tornou o primeiro porto público do país a ter essa certificação, dentre os 37 em operação, que passa a ter validade até março de 2021. A adesão à certificação ISO 14.001 é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas, desde o consumo de recursos naturais (água, energia e papel) até os efluentes, isto é, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Também são considerados o controle, prevenção, mitigação, monitoramento e contingência da poluição ambiental. Além disso, faz parte do escopo da certificação todas as atividades exercidas pela Companhia, incluindo a exploração do Porto Organizado, gestão da infraestrutura, fiscalização das operações, programas de capacitação ambiental para os funcionários e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental. **Plano de Área:** O Porto de São Sebastião conta com o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país aprovado pelo IBAMA e pela CETESB e que serviu de modelo para outros portos pelo Brasil. O Centro de Atendimento a Emergências-CEATE conta em sua estrutura com embarcações, viaturas e equipamentos para combater a incidência, emergências químicas, vazamento de óleo no mar e salvamentos. Em 2018 foram realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião), com atuação destacada da equipe de atendimento a emergências. **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 02 de junho de 2020, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 12 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta e nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro apresentado é insuficiente para atendimento das demandas portuárias, em especial aquelas relativas às áreas operacionais, além do atendimento às leis trabalhistas, como intervalo interjornada e horas extras habituais. Neste contexto, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer ações, para a mitigação de litígios trabalhistas. Nesse sentido, como plano de ação no que se refere a gestão de pessoas, seria necessário a implantação de um Plano de Demissão Voluntária, bem como uma reestruturação do Quadro de Empregados da Companhia, seja pela implantação de um Plano de Empregos e Salários, e por fim, um novo Concurso Público, para admissão de novos empregados e controle do cenário apresentado acima. Abaixo, quadro de empregados da Companhia Docas de São Sebastião em 31/12/2017.

	Posições	Total
Permanentes	Concursados - CLT	29
	Sucessão	40
Sucessão Trabalhista	Sucessão - Aposentadoria por Invalidez	4
	Reintegração	12
Livre Provimento		12
<b>Total</b>		<b>97</b>

**Ampliação do Porto:** Localizado em região costeira privilegiada, em um canal abrigado naturalmente, com duplo acesso pelas barras Norte e Sul e com profundidade que se mantém pela própria dinâmica do canal, o Porto de São Sebastião ainda está próximo a uma das regiões de economia mais pujante do país. Daí a vocação para efetivar-se como porto regional por excelência, da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte de SP, Sul de Minas Gerais e Sul do Rio de Janeiro. Estando ligado ao planalto pelo complexo rodoviário “Tamoios – Contorno Sul”, constituem o elemento binário natural visando a logística integrada regional que tem São José dos Campos como a base do planalto em condições perfeitas para o entroncamento de rodovias que dão acesso a todo país e também como local ideal para distribuição ou concentração de cargas. Esta região forma um polígono com cerca de 4,5 milhões de habitantes e PIB anual de R\$170 bilhões, contando com ativos fundamentais para o fomento sustentável do porto de São Sebastião entre outros projetos logísticos integrados. Para atender a esta demanda o desenvolvimento do Porto de São Sebastião apoiase em duas frentes: i) na requalificação da infraestrutura existente – que se materializa, no médio e no curto prazo – com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões para estabelecer e ampliar as condições de competitividade de São Sebastião no cenário portuário e; ii) na ampliação da sua infraestrutura mediante a realização de arrendamento de áreas portuárias, de acordo com o projeto que se encontra em fase de licenciamento ambiental. A ampliação da área do Porto será realizada em fases considerando as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. O projeto de ampliação prevê inicialmente o arrendamento de um terminal multicargos que depende da realização de licitação. O contrato deverá ter a duração de 25 anos, renováveis por igual período. Quanto ao processo de licenciamento para sua expansão, em 17 de dezembro de 2013 a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para as duas primeiras fases do projeto de ampliação, o que possibilitaria que sua área portuária passasse de 400 mil m² para 800 mil m². O investimento total previsto é de R\$ 3,2 bilhões de reais. A referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção de até 1.500 m de berços com 40 m de largura, profundidade mínima de 18 m e terá até 900m destinados a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEUs (Twenty foot Equivalente Unit), que atualmente possuem restrição para atracação em São Sebastião ou Santos, por conta de seu porte e calado. Para o primeiro arrendamento está previsto um pacote de obras que inclui a construção de um terminal multicargos em uma área de 250.000 m² e dois novos berços de atracação sendo um para operação de navios que transportam veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não) como peças, carga de projeto, palets entre outros. Pretende-se construir uma portaria

(gate) de acesso mais moderna, interligando-a ao contorno viário Sul e a Rodovia dos Tamoios. Também será construído um pátio com 15.700 m² para estacionamento dos caminhões com destino ao porto, para evitar transtorno para o trânsito local. Vale destacar que o contorno viário de São Sebastião e a duplicação do trecho da serra da Rodovia dos Tamoios estão com as obras em andamento, com previsão de conclusão para o final de 2019, sendo executadas com recursos do Governo do Estado de São Paulo e são vitais para o desenvolvimento do Porto, em ambas as frentes planejadas. **Suspensão da Licença Prévia:** Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.4.03.6135) pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA, em trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Por sua vez, a Companhia interpostos Agravo de Instrumento em 22 de agosto de 2014 a fim de reformar esta decisão. Em 22 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão que deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado, sendo reconhecida a necessidade de complementação do EIA/RIMA no tocante à: 1) análise dos impactos cumulativos e sinérgicos entre o empreendimento objeto de licenciamento e a ampliação do TEBAR; 2) apresentação da autorização de Licenciamento Ambiental das Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento e; 3) apresentação de alternativas menos impactantes em relação ao manguezal do Araçá. Paralelamente, também foi interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público Federal. Em 19 de fevereiro de 2015 foi publicada decisão que deferiu parcialmente a antecipação da tutela postulada, sendo reconhecida a necessidade da complementação do EIA/RIMA no tocante aos pedidos anteriormente citados. Em 20 de julho de 2015 foi distribuído, perante o Superior Tribunal de Justiça, pedido de suspensão das liminares supracitadas. Em 20 de novembro de 2015 foi proferida decisão pelo Presidente da referida Corte Superior, entendendo pelo indeferimento do pleito. A Companhia vem adotando as medidas judiciais cabíveis, bem como está em tratativas com os demais envolvidos na busca de um consenso que possibilite o estabelecimento de um acordo que prevendo o atendimento aos itens da sentença por parte da Companhia libere parcialmente a Licença Prévia, especialmente em relação às adequações no projeto de ampliação em relação a não existência de ocupação na Enseada do Araçá. No dia 13 de abril de 2016 foi proferida sentença que julgou procedente o pedido para invalidar a Licença Prévia e condicionou a emissão de uma nova licença prévia à complementação do EIA/RIMA. Embargos de declaração opostos em 28 de março de 2016 para ratificação a qualificação da Companhia Docas de São Sebastião da sentença embargada para anônima, com personalidade jurídica de direito privado, e não de empresa pública, bem como retificar, no dispositivo, o número da licença prévia do empreendimento, proferida parcialmente no dia 01 de julho de 2016. Por conseguinte, foi protocolado em 27 de julho de 2016 o recurso de apelação. O Juízo determinou em 21 de fevereiro de 2017 a manifestação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual informando nos autos sobre eventual tratativa/proposta de acordo apresentada por parte da Companhia Docas de São Sebastião, e, em caso positivo, em que estado se encontra, bem como intimando a Companhia Docas de São Sebastião para manifestação, no mesmo prazo, sobre eventual tentativa/proposta de acordo. Proferida decisão no dia 28 de julho de 2017 determinando a suspensão do processo pelo prazo de 30 dias para que as partes elaborem e tragam a Juízo eventual Acordo, caso não haja manifestação das partes. Em 07 de março de 2018 foi protocolada manifestação da Companhia Docas requerendo o prosseguimento do feito, tendo em vista que as tratativas de acordo não seguiram adiante. Os autos conclusos para despacho/ decisão do juiz em 21 de junho de 2018. Na data de 05 de novembro de 2018, os autos foram remetidos para vista ao Ministério Público. **Governança Corporativa, Transparência e Compliance:** Para atender a Lei de Responsabilidade das Estatais e de Economia Mista, instituída pela Lei Federal nº 13.303/2016, a Companhia Docas vem adequando as regras e condutas que passam a ser obrigatórias, dentre elas o seu Estatuto Social que foi alterado em 27/04/2017 e devidamente registrado na JUCESP, a criação do “Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento” e da “Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos”, a alteração de diversos Regimentos Internos existentes e a instituição daqueles exigidos por esta lei. **Atendimento ao Cidadão e Transparência:** Para atender as normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, a Companhia Docas disponibiliza os canais de comunicação “Fale Conosco”, “Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)” e “Ouvidoria”, acessíveis pelo site eletrônico do Porto de São Sebastião www.portosdocas.com.br. No ano de 2018 foram realizados 18 atendimentos: • Fale Conosco: 0 atendimentos; • Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): 10 atendimentos; • Ouvidoria: 08 atendimentos (03 reclamação e 05 solicitação de informação). Em atendimento a Lei Federal nº 13.303/2016 um canal exclusivo para atendimento de “Denúncias” foi implantado em junho de 2018. Também estão disponíveis no site as informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas. **Considerações Finais:** O Porto de São Sebastião é um porto regional, estratégico para a região Metropolitana do Vale do Paraíba e todo o Cone Leste Paulista e vem desempenhando, dentro de suas limitações estruturais, seu papel como elo na cadeia logística, buscando sempre a eficiência por meio da adequação e ampliação de sua infraestrutura, superestrutura, modernização dos equipamentos, seja por parte da Companhia ou dos Operadores Portuários pré-qualificados, e uma força de trabalho com qualificação adequada. Sendo instalado no canal de São Sebastião-SP considerado a 3ª melhor região portuária do mundo pelas condições naturais privilegiadas de abrigo, profundidade, largura e comprimento de seu canal de acesso e, inserido no Estado de maior representatividade econômica da federação, possui naturalmente a vocação de ser o maior responsável pela melhoria de toda a economia de escala em seu entorno, contribuindo significativamente para resultados mais satisfatórios na economia de todo o país.

São Sebastião/SP, 15 de Março de 2019.

**Vitor João de Freitas Costa -** Diretor Presidente  
**Fernando da Costa -** Diretor de Administração e Finanças  
**Alfredo Mariano Brucks -** Diretor de Gestão Portuária

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017			
Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Bancos	4	2.734	2.538
Aplicações Financeiras	4	1.515.537	1.010.577
Clientes	5	3.023.379	4.102.069
(-) Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa	5	(1.598.983)	(1.598.983)
Tributos a Recuperar	6	1.461.728	1.150.328
Despesas Antecipadas		10.901	12.016
Almoxarifado		79.928	47.837
Deposito Judicial		1.049.754	281.431
Adiantamentos		22.762	13.917
		<b>5.567.740</b>	<b>5.021.730</b>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo	7	-	2.855.601
Imobilizado	8	224.366.025	229.912.633
Intangível	9	34.680.013	35.034.623
		<b>259.046.038</b>	<b>267.802.857</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>264.613.778</b>	<b>272.824.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo Circulante</b>			
Convênio-DERSA	12	550.000	460.000
Fornecedores	13	743.242	6.642.839
Juros sobre Capital Próprio		106	106
Contas a Pagar		-	-
Tributos a Recolher	14	307.616	166.954
Encargos Sociais Recolher	15	551.912	523.068
Provisões de Férias a Pagar	16	1.010.033	1.034.734
Adiantamento de Clientes	11	147.118	252.807
Salários a Pagar		535	109
		<b>3.310.562</b>	<b>9.080.617</b>
<b>Não Circulante</b>			
Convênio-DERSA	12	3.980.283	4.570.283
Crédito de Clientes		-	-
Provisão para Contingências	17	24.541.949	6.002.934
		<b>28.522.232</b>	<b>10.573.217</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	18	17.748.161	17.748.161
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18	284.408.392	278.837.984
Prejuízos Acumulados		(69.375.569)	(43.415.392)
		<b>232.780.984</b>	<b>253.170.753</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>264.613.778</b>	<b>272.824.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2018 e 2017			
	Nota	2018	2017
<b>Receita de Vendas</b>			
Receitas de Serviços Prestados	22	16.945.888	14.694.689
<b>Deduções da Receita Bruta</b>			
(-) Impostos e Contribuições sobre Serviços Prestados		(2.409.099)	(2.091.821)
<b>Receita Operacional</b>		<b>14.536.789</b>	<b>12.602.868</b>
<b>Outras Receitas</b>			
Outras Receitas	22	17.069.626	20.102.143
<b>Receita Líquida</b>		<b>31.606.415</b>	<b>32.705.011</b>
<b>Custo de Serviços Prestados</b>			
Custos Operacionais	19	(16.990.172)	(16.350.247)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>14.616.243</b>	<b>16.354.764</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(40.576.420)</b>	<b>(36.824.057)</b>
Despesas Administrativas	19	(40.625.746)	(36.844.520)
Despesas/Receitas Financeiras	20	49.326	20.463
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>(25.960.177)</b>	<b>(20.469.293)</b>
Corrente		-	2.855.601
Diferido		-	2.855.601
<b>Tributos IRPJ e CSLL sobre Lucro (15% + 9%)</b>			<b>2.855.601</b>
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>		<b>(25.960.177)</b>	<b>(17.613.692)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2018 e 2017				
	Capital Social	Aumento de Capital	Prejuízo Acumulado	Total (Em Reais)
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>17.748.161</b>	<b>268.811.733</b>	<b>(13.892.945)</b>	<b>272.666.949</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	10.026.251	-	10.026.251
Prejuízo do Exercício	-	-	(11.908.755)	(11.908.755)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>17.748.161</b>	<b>278.837.984</b>	<b>(25.801.700)</b>	<b>270.784.445</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(17.613.692)	(17.613.692)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>17.748.161</b>	<b>278.837.984</b>	<b>(43.415.392)</b>	<b>253.170.753</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	5.570.408	-	5.570.408
Prejuízo do Exercício	-	-	(25.960.177)	(25.960.177)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>17.748.161</b>	<b>284.408.392</b>	<b>(69.375.569)</b>	<b>232.780.984</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2018 e 2017		
	2018	2017
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(25.960.177)</b>	<b>(17.613.692)</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(25.960.177)</b>	<b>(17.613.692)</b>
Resultado abrangente total, atribuído a:		
<b>Participação dos Acionistas Controladores</b>	<b>(25.960.177)</b>	<b>(17.613.692)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2018

**1. Contexto Operacional:** A Companhia foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 3 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 6 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Companhia, cuja conclusão ocorreu em 15 de Março de 2019. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Tais pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram observadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Apuração do Resultado:** As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **3.2. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4). **3.3. Ajuste a Valor Presente de Ativos:** Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados. **3.4. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados em: (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial. • **Passivos financeiros:** São clas-

sificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **3.5. Partes Relacionadas (Convênio DERSA):** No curso normal de suas operações, a Companhia contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados